

# AS RELAÇÕES SOCIAIS DO IMIGRANTE PORTUGUÊS E DA MULHER NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA

THE SOCIAL RELATIONS OF THE PORTUGUESE IMMIGRANT AND OF THE WOMAN AT THE *BELLE ÉPOQUE* IN RIO

Roger Renilto Diniz Costa<sup>1</sup>

Thiago Reynen Nunes<sup>2</sup>

Vladimir José de Medeiros<sup>3</sup>

COSTA, R. R. D.; NUNES, T. R.; MEDEIROS, V. J. de. As relações sociais do imigrante português e da mulher na Belle Époque carioca. *Akrópolis* Umuarama, v. 20, n. 4, p. 233-239, out./dez. 2012.

**RESUMO:** No presente artigo trabalharemos com a sociedade carioca desenvolvida na chamada Belle Époque brasileira. Primeiramente traçaremos observações acerca das relações sociais, de cotidiano e trabalho estabelecidas entre os portugueses recém advindos de sua nação e os brasileiros. Sequencialmente, na segunda parte do texto, trataremos das relações familiares dos grupos populares dentro do mesmo recorte.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Brasil; Primeira República; Imigração; Organização familiar.

<sup>1</sup>Acadêmico do quarto ano do curso de História pela Universidade Paranaense – UNIPAR campus Cascavel. Endereço: Avenida Castelo Branco, 278, Cascavel PR, CEP 85.821-000. E-mail: roger\_rd\_costa@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmico do quarto ano de História pela Universidade Paranaense – UNIPAR campus Cascavel. Endereço: Rua Paraná, 6362, Cascavel PR, CEP: 85.807-040. E-mail: thiagoreynen@hotmail.com

<sup>3</sup>Professor da UNIPAR – Cascavel, mestre em História do Brasil com ênfase em História Regional pela UPR/RS. E-mail: vladimedeiros@unipar.br

**ABSTRACT:** In this article, we will work with Rio society developed in Brazil, called *Belle Époque*. Firstly, we will trace observations about the social relations of everyday life and work among the Portuguese established newly arising from their nation and the Brazilians. Sequentially, the second part of the text, we will treat the family relationships of popular groups within the same plan.

**KEYWORDS:** History of Brazil; First Republic; Immigration; Family organization.

Recebido em fevereiro de 2013

Aceito em junho de 2013

## INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro nesta aurora da República se edificava a base de profundas mudanças em sua conjuntura: mudanças urbanísticas importantes que acarretaram desdobramentos econômicos, sociais, políticos e culturais para a cidade e para o país. Este é o período em o café estava em alta como principal produto nacional, as oligarquias cafeicultoras paulistas e mineiras comandavam a política brasileira e o modernismo ganhava força nas artes. Outra característica era o prolífico mercado de ofertas de trabalho braçal, tanto para a cafeicultura quanto para a crescente área urbana. O êxodo de escravos libertos do campo para a cidade elevava consideravelmente a demografia da urbe; à qual também se somava agora o contingente lusitano, que, segundo Sidney Chalhoub, representava cerca de 30% do total dos habitantes cariocas (CHALHOUB, 2001, p. 43).

Este processo de polimerização dos dois grupos étnicos à população de trabalhadores livres (ex-escravos e portugueses) – então já mais mestiços aos negros do que quando da abolição da escravidão – equivale historicamente à própria formação da classe trabalhadora carioca; e, de certa forma, guardadas as variações socioculturais das demais regiões, reflete a formação de toda a classe trabalhadora do Brasil (CHALHOUB, 2001, p. 50). As relações entre estes grupos serão discutidas na primeira parte deste artigo.

E como não poderia deixar de ser, a importação de massa humana somada às mudanças que a República trazia para a população, alteraram significativamente a organização da sociedade, refletindo-se nos aspectos habitacionais, de interação social e principalmente nas concepções morais. A própria instituição familiar deste recorte sofre profundas mudanças. Estas serão discutidas na segunda parte do presente trabalho.

### O “GRINGO PORTUGUÊS” NO RIO DE JANEIRO DE 1920-30

O historiador Boris Fausto menciona o português como o maior grupo de estrangeiros acrescido ao Brasil nos fins do Império e na República Velha; seguido então pelos italianos e alemães, que se concentraram respectivamente em São Paulo e na região sul do país (FAUSTO,

2008, p. 241). O quadro imigratório dos fins do século XIX às duas primeiras décadas do século XX levou a uma grande concentração de indivíduos do sexo masculino, em geral compreendidos entre os 15 e os 30 anos de idade – fase etária em que o trabalhador braçal está no auge de seu condicionamento físico. “[...] O imigrante, além de homem, era em geral jovem e solteiro, sendo que sua chegada em grande número no período aumentava a oferta de mão-de-obra e acirrava a competição pela sobrevivência entre os populares. [...]” (CHALHOUB, 2001, p. 45).

Neste contexto de experimentação do novo regime político, a República, a transformação social do escravo em trabalhador assalariado, livre, e o acrescentamento do europeu como concorrente apátrida, foram as grandes causas da alteração de fato do *Ancient Regime* romper e a velha relação senhor-escravo tornar-se nova: a do assalariado x capital, ou seja, capitalista.

A este processo de rompimento do Antigo Regime escravocrata para o modo de produção capitalista seguiram-se características básicas e idênticas em todos os países, independentemente da época (que de fato variou) em que este processo se deu. A redistribuição da propriedade fundiária e o fim da cristalização estamental secular foram as principais destas características, e são um consenso entre os historiadores das mais diversas concepções teóricas. Conforme Eric Hobsbawm em sua aclamadíssima *Era das Revoluções*, este processo se deu inicialmente no início do século XIX, chegando ao seu auge nos meados do mesmo século, com a Revolução Industrial, que foi também responsável por propiciar melhor qualidade de vida com os inventos tecnológicos. “À medida que se implantava, tal processo foi liberando um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países como Itália e Alemanha, por exemplo, não tinham condições de absorver. [...]” (ALVIM, 1998, p. 219. In: NOVAIS; SEVCENKO, 1998). Eric Hobsbawm quantifica nesta obra a demografia europeia como tendo um crescimento demográfico de cerca de 250%. Assim, a substituição de muitos trabalhadores por máquinas mais eficientes na produção e a gigantesca melhoria dos transportes pôs uma enorme massa de camponeses desapropriados de suas terras ao mercado de trabalho, que não era capaz de empregá-los todos. Então, somente a América, ávida por forças de trabalho, foi capaz de acolher estes homens entre os quais se encontra o

“gringo” português.<sup>1</sup>

A estes fatos, Sidney Chalhoub soma a “construção de uma nova ideologia de trabalho”. O conceito de trabalho passa a ganhar um valor positivista nesta nova República: passa a ser associado à perspectiva de progresso da nação. Esta ideologia é construída no período pela direita governante juntamente com um “pseudo nacionalismo”, ambos verificáveis principalmente na educação desta época.

Neste contexto, o imigrante português, além de um concorrente no mercado de trabalho – na maioria das vezes mais qualificado, por ser proveniente de uma região já industrializada e quase sempre ser letrado –, era visto também como um membro da ex-metrópole exploradora, um elemento exógeno não componente do Brasil. Porém, ao mesmo tempo, vinha de uma nação dita “civilizada” – civilidade esta que ostentava agora o brasileiro, e à qual o trabalho assalariado surgia como um fator construtor. Desta forma, este “gringo” era visto de forma contraditória, e tal ambiguidade apenas elevava sua civilidade na relação com o trabalhador brasileiro.

[...] o problema das rivalidades nacionais e raciais entre os membros da classe trabalhadora remete tanto a aspectos inerentes à mentalidade popular, já há muito internacionalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto à conjuntura específica de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da época. [...]. (CHALHOUB. 2001, p. 62)

Assim sendo, devemos remontar também aos motivos brasileiros de acolher os grupos europeus que se deslocavam para cá. Além da industrialização e da urbanização que começavam a emergir da República, e do próprio café como principal produção econômica do país, havia também esta tentativa de civilidade. Estas duas causas podem ser também interpretadas como tentativas de amenização do passado escravocrata – o que nos remete à política de branqueamento, considerando que a concepção maior de que o “branco” seria culturalmente superior ainda existia neste momento da história, e

<sup>1</sup>Em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro classifica como “gringo”, ou matiz *gringo-brasileira*, a massa “dos descendentes de imigrantes europeus que formaram uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas [norte e sul]”. RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 408.

se refletia principalmente na procura e oferta de trabalho que priorizava e melhor remunerava os indivíduos com tons de pele mais alvos. Havia na mentalidade dos grupos dominantes da época a forte idéia de que a abolição trazia consigo a desordem social – que apenas poderia ser reorganizada a sociedade com o implemento de mais europeus à população.

Esta opinião, publicamente compartilhada até atingir o ponto de poder ser caracterizada como um ideário continental europeu se baseava na tese de superioridade do homem “branco” sobre os demais, que ainda mantinha como principais alicerces teóricos o Darwinismo Social<sup>2</sup>, que durante muito tempo foi um dos sustentáculos do Positivismo, tão forte no período. Serviu também como legitimadora para o Neocolonialismo que reeditava a ordem geopolítica mundial. Esta nova colonização européia, que tem seu auge coincidente com o fim do período monárquico do Brasil, atingia a América, de certa forma, como uma resposta às oligarquias latino-americanas que, quando de sua independência, viam sua própria gente com olhos europeus e também compartilhavam a idéia de *eugenia*.<sup>3</sup>Esta alienação cultural por parte dos governos e aristocratas latino-americanos responsabilizava a população negra e mestiça pelo atraso tecnológico de suas nações em função de sua inferioridade racial – dos povos “de cor”<sup>4</sup>.

Novamente há de se considerar o fato de que outros povos além dos lusos instalaram-se no Brasil neste mesmo período – como acima já mencionado ao citarmos Boris Fausto. Destacando novamente os italianos e os alemães neste processo de incremento à população brasileira, não podemos deixar de perceber que cada uma destas novas etnias ao manter-se estrangeira na nova nação, além de não ser aceita de imediato como parte componente da brasilei-

<sup>2</sup>Para eventuais desambiguações e maiores explicações sobre o termo, é sugestivo o artigo: HODGSON, Geoffrey M. “Social Darwinism in Anglophone Academic Journals: A Contribution to the History of the Term”. *Journal of Historical Sociology*. Vol. 17. No. 4, Dezembro de 2004.

<sup>3</sup>Conforme Maciel, “a eugenia é um conjunto de idéias e práticas relativas a um ‘melhoramento da raça humana. [...] No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um ‘atraso’) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação”. (MACIEL, Maria Eunice de S. “A Eugenia no Brasil”. In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v. 7, n. 11, 1999, p. 122).

<sup>4</sup>Expressão cunhada e popularizada na época, perceptível em inúmeras obras literárias do período, como nas obras de Machado de Assis e Castro Alves.

dade pelo povo – e muitas vezes realmente não mantinha tal pretensão e insistia na identificação exclusiva com sua nação de origem –, ao isolar-se neste sentido patriótico, geraram espécie de trauma dissociativo. Não eram certamente brasileiros, tampouco se viam como iguais os imigrantes portugueses, italianos, alemães e, em menor número, japoneses. Esta observação é desenvolvida por Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*. Ao fazê-la, o antropólogo menciona o alistamento nas forças armadas e o posterior ensino da língua vernácula como fatores assimiladores decisivos. (RIBEIRO, 1995, p. 440).

É neste momento de construção de um novo conceito de trabalho que surge também o conceito de *vadiagem*, o suposto mito da “preguiça inata do ‘trabalhador nacional’”, conforme Chalhoub (CHALHOUB, 2001, p. 73). Pautada na teoria de Malthus e Ricardo, a idéia do brasileiro preguiçoso por natureza assim o é em função de sua vida fácil, ambientada em clima ameno e regada de facilidades na obtenção do alimento; diferentemente dos países europeus e asiáticos, abarrotados de pessoas em relação à capacidade de produção. Assim, quando o trabalho se desenvolve como o fator ordenador social (e até mesmo moral), aquele que não o pratica e cultiva passa a ser visto como uma ameaça à sociedade. Então o “vadio” precisa ser punido. E é nesta perspectiva que surge o imigrante novamente como uma figura de destaque por conta da exaltada laboriosidade. O imigrante precisa servir de exemplo para o brasileiro, veio de sua pátria para trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil e ajudar neste “processo civilizador”.

Mas nem sempre este exemplo tem procedência. Ao personagem apátrida é criada a punição de deportação ao seu país de origem se pego no delito do ócio. E isto não pelo fato de sua incapacidade de trabalho ou produção, pelo contrário: “o imigrante deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional” (CHALHOUB, 2001, p. 77). O “gringo” então deveria ser o homem do labor constante, sempre disposto ao trabalho, “O trabalhador que, com seu esforço e dedicação, galgaria a riqueza e a nobreza de caráter. De proscrito e aviltante, o trabalho passaria a dignificar o cidadão, a qualificá-lo e a legitimar sua riqueza.” (RIBEIRO, 1990, p. 16).

## A MULHER CARIOCA DA BELLE ÉPOQUE

No texto da autora Claudia Fonseca, es-

pecificamente no capítulo “Ser mulher, mãe e pobre”, encontramos algumas análises de processos jurídicos, onde Eutherp e Joaquim de C. sobrinho, se encontram em uma cena de disputa pela guarda dos filhos que ilustra com muita clareza a conjuntura do período e lugar.

Num primeiro momento, notamos um processo rico em uma narrativa do ambiente da época, cheio de moralismo, tendencioso e capaz de nos ensinar algumas coisas sobre a dinâmica das famílias e das mulheres pobres no início do século XX – onde a ideologia liberal burguesa se fortalecia. Não só a família, mas os aparatos jurídicos estavam calçados na esfera masculina e patriarcal.

O perigo de “seguir” como verdade a ideologia de moral e pureza da época, se torna constrangedor, pois historiadores, obcecados pelo ideal de moral e pureza, estabeleceram estereótipos que se enraizaram na mentalidade brasileira e se mantiveram até o presente; onde na realidade verificada pela história, os fatos são diferentes do estereotipado e disseminado pela elite economicamente dominante. No desenrolar dos acontecimentos, temos o desafio de desconstruir, ou demolir certos pensamentos dominantes que, por sua vez, fazem-se distintos da realidade social estudada.

Antes de tudo, o conjunto de circunstância que acompanha os acontecimentos deve ser levado em consideração, para que a análise do processo do casal seja mais bem interpretada e sirva melhor de exemplo para nossa análise – entre eles o lugar, época e contexto econômico. A instabilidade política do país estava entre os movimentos que revoltas separatistas (visto que o local era o Rio Grande do Sul) e uma política de integração nacional – proporcionando certa dificuldade econômica.

Esta segurança financeira é vista nos papéis dos protagonistas. Eutherpe acusou seu marido de não ter condições de criar suas filhas, concretizamos então que, Joaquim, assim como sua mulher, possuía uma renda instável e mal paga. A fragilidade econômica de família gera a busca por empregos, no caso dos homens, deslocando muitas das vezes suas mulheres em abandono. Situação comum nesse período era da mulher trabalhar fora, mesmo como o marido trabalhando, pois além da necessidade de escapar da miséria e complementar a renda familiar, era hábito de alguns maridos não ajudar em casa. Porém, mesmo sendo inevitável o trabalho

da mulher fora de casa, elas sofriam, por conta da mentalidade contemporânea à época, sendo acusadas de serem mães relapsas, que deixam seus filhos por conta de outras pessoas, não recebendo a criança, uma educação como deveria. (Convém novamente relacionarmos esta configuração social à noção de vadiagem construída pelo historiador Sidney Chalhou. Vide página 5.)

Apesar do assédio moral sofrido, por motivos diversos, pela norma oficial, que agregava à mulher uma regra de “dona do lar”, sendo resguardada em casa e cuidando de seus afazeres obrigatórios – relacionada à administração da casa e da família. A realidade contrastava fortemente com a realidade: houve não poucos casos em que a mulher chegava a manter o sustento principal da casa. Mesmo assim, na ótica social, era tido como suplemento à renda do marido.

Quando a mulher chegava à renda de seu conjugue, a situação parecia piorar, tanto na área financeira quanto na discriminação social, onde não ter um marido era sinônimo de “mulher pública”. Na área econômica, é relevante citar os baixos salários: mulheres e crianças possuíam mão-de-obra barata. Na maioria das vezes a mulher não tinha casa própria, vivendo em cortiços, se aglomerando em péssimas condições. Ela estava entre dilemas: escapar da miséria, e o risco de ser taxada de imoral. Incidentes como o desemprego e a falta de uma moradia condizente com o padrão mínimo necessário para sobrevivência eram aplicados ou ditos nos tribunais para mostrar instabilidades ao favor do requerente.

A família era vista como modelo nuclear burguês, ou seja, as mulheres abdicavam ao trabalho fora de casa, passando a se dedicarem ao espaço doméstico; crianças passavam a virar as costas para a antiga sociabilidade de proteção e sustento da família. Essa nova visão (sobretudo na Europa) se tornou o brasão da burguesia, sendo importa de cima para baixo na pirâmide social. No entanto, a enorme variedade de costumes caracterizada na classe baixa, entra em choque com a sociedade culminante, as ações sociais contrariam o padrão moral burguês. Dessa forma a família é desmistificada, pois formas específicas fazem parte da dinâmica familiar, existem variedades de tradições dentro de um mesmo esperado padronismo social. Conforme Gladys Ribeiro:

Pelos discursos da época, o Brasil estaria entrando em uma nova fase da sua história. Grandioso, eloquente e varonil, seria um país comparável às grandes nações européias, civilizadas e modernas. A cidade do Rio de Janeiro seria a vitrina das transformações que nos levariam ao progresso. [...] (RIBEIRO, Gladys Sabina. 1995, p. 15.)

Porém, como percebemos nos liames mais íntimos do cotidiano da população trabalhadora, dos grupos menos favorecidos em termos aquisitivos, este “processo civilizador” que deveria elevar o Brasil aos padrões de vida europeus não se dava como era genericamente pintado.

Cláudia Fonseca nos faz entender que, se tratando de casamentos legais, as pessoas se esquivavam aos controles legais, juntando-se sem casa, parindo sem fazer certidão de nascimento ou separando sem carta de divórcio. Sendo assim, fica difícil, um controle sobre informações dos laços conjugais. Porém, nos arquivos analisados, se encontra a precariedade do casamento e o abandono conjugal – algumas formas ou medidas de separação (mesmo não sendo legal, devido a formalidade conjugal), muitos homens apenas saíam de casa deixando a mulher com as responsabilidades, isso quando não a expulsavam com medidas energéticas.

O recasamento era entendido como fora do padrão social, prática depreciada, por isso discriminando, principalmente contra a mulher. Mas mesmo sendo de teor constrangedor para a mulher, ela sentia a necessidade disto por alguns fatores, entre eles o fator econômico e político. A necessidade de um homem para acionar suas próprias estratégias de proteção familiar, era indispensável. A mãe solteira estava então sob pressão: por um lado, da necessidade de um marido, por outro o constrangimento de casar novamente. Temos então um paradoxo: ao mesmo tempo em que o recasamento é uma tentativa da reconstrução do padrão conjugal, é também a negação desse modelo.

Juridicamente, o direito da mulher de casar outra vez não era reconhecido, e isso foi muito usado contra a mulher nos tribunais. Porém, em muitos casos isso não era mais que a própria prática cotidiana. Muitos juízes reconheciam essa prática, mas a reserva da “moralidade oficial” agia como arma em certos casos. Logo, a prática do recasamento era conhecida e tolera-

da no dia-a-dia, todavia, a moralidade oficial era aplicada aos que se encaixavam na formalidade oficial. Sendo mais fácil uma mulher não casada oficialmente ganhar a causa da guarda dos filhos do que aquela formalmente conjugada.

Mais uma vez, agora no campo da sociedade, a mulher se deparava com ideologias impostas em contraponto com o fator realidade. Na realidade social, a maioria casara depois de iniciar as experiências sexuais e, diferente do que pensam alguns, a concubinação, não se restringia somente aos descendentes de escravos. No ideal dominante, o valor da virgindade era de real importância para os pais, sendo até comparado a um patrimônio familiar, e sujeito a negociação com o sogro; cabendo até mesmo a nulidade do casamento ao descobrir a violação da virgindade.

A pureza sexual era tão “cobiçada” que pesava muito sobre as moças, que preferiam muitas das vezes cometer suicídio, aborto ou infanticídio antes de alguém saber que foram mães solteiras e impuras (apesar de ter sido normal o nascimento de crianças ilegítimas). A figura do pai como genitor era essencial para salvaguardar a pureza da filha, pois havia um consenso de que a menina não era capaz de afastar de si os perigos morais.

Como já mencionado algumas vezes, o contraste entre normas oficiais de moral, contra a realidade era grande, porém a primeira pesava com pressão em todos, principalmente contra a mulher, tida como responsável e possível tutora da idoneidade. Essa idoneidade requerida, ou pelo menos esperada da mulher, dizia respeito simplesmente ao seu comportamento sexual. A moralidade masculina influenciava até mesmo a própria mulher. Muitas tinham a ingênua convicção de que se não poderiam ser “santas” devido a algumas circunstâncias, só lhes restava ser “putas”. Pois, qualquer mulher que não correspondesse às normas morais poderia ser taxada de “romeira” ou algo pior.

Por outro lado, algumas mulheres por causa do salário “menos baixo”, foram trabalhar como prostitutas. A prostituição aparece nos mais diversos relatos de acusação, tanto por homem, como por mulheres; mesmo assim, sendo o estereótipo da prostituta decaída uma afronta, elas não constituíam uma população à parte, mas a figura da prostituta, estava entre a condenação pela moral, e a tolerância pela realidade – “em cima do muro”.

A família de baixa renda tinha por característica, a natureza aberta da unidade doméstica, ou seja, era comum a participação de membros afastados da família na formação da criança, e os próprios parentes se consideravam no direito de criar qualquer pessoa que fosse da família. Apesar dessa “responsabilidade” intitulada pelos parentes consanguíneos, a dissolução conjugal muitas vezes era feita sob acusação ou culpa dos mesmos – sogras, cunhados. Por outro lado, a precariedade conjugal, fortalecia os grupos de parentesco.

Essas crianças podiam na maioria dos casos serem criadas com parente e não parentes – entidades do Estado e instituições filantrópicas. Havia uma série de fatores que levavam os pais a entregar a criança para alguém ou alguma instituição cuidar. Porém, a análise do texto, nos faz entender que a mãe sempre que pudesse, voltava atrás para buscar o filho que um dia por condições adversas o tenha. Esta condição de “entrega e busca” do filho, apesar dos anos de abandono, em muitos casos era vista pelas autoridades como ganho de causas dos genitores, a lei beneficiava os consanguíneos, o acompanhamento da criança não era visto como prioridade, e os laços de sangue eram a garantia de que existia um vínculo maior.

Por fim, toda essa mentalidade familiar nuclear, que foi construída pela ideologia do sistema liberal, imposta às outras classes, nos fez sentir sobre o enorme contraste da realidade vivida por muitos. A família patriarcal era apenas uma parcela social, reconhecida como protótipo por parte do sistema dominante. Num sociedade complexa existem diferentes classes sociais, portanto diferentes visões de família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rivalidades nacionais e raciais, sociais antes de tudo, nas quais a classificação e divisão “brasileiro x português” se enquadram, representam, como levanta Sidney Chalhoub em uma feliz consideração (CHALHOUB, 2001, p. 150), a cosmologia das classes populares brasileiras da época. Um legado de seu passado adaptado à sua conjuntura – e por sua conjuntura, obviamente. O “gringo” de Lusitânia não se identificava ou era aceito como Brasil, tampouco teve menor importância como agente histórico. Estes conflitos constituiriam também um dos sustentáculos de total dependência do trabalha-

dor na Primeira República, que, de certa forma, inegavelmente impulsionaria o desenvolvimento através do trabalho.

Concomitante a este processo de nova incorporação do português ao arcabouço étnico do Brasil, deparamo-nos com a desconstrução, a desmistificação de que a família “verdadeira”, ou seja, que só é considerada como família nuclear, tornamos o estudo da existência das novas formas e dinâmicas da família. Por isso, são de altíssima importância, instrumento adaptado a nossa realidade, não basta somente fazer análise hipotética desenvolvida para outro contexto que é diferente da realidade vivida e explicável. Há uma especificidade de estudo para cada contexto, não apenas hipóteses comparativas.

Estas visões de mundo distintas, baseadas nas relações e experiências populares da população carioca do período, terminam produzindo uma imagem peculiar, própria da sociedade em questão.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editorial da UNES, 1999. p. 233-269.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Unicamp. 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. Lisboa: Presença, 1986.

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil: anos 90. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 7, n. 11, 1999.

NOVAIS, A.; SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção Tudo é História).

## LAS RELACIONES SOCIALES DEL IMIGRANTE PORTUGUÉS Y DE LA MUJER EN LA BELLE ÉPOQUE CARIOCA

**RESUMEN**: En este artículo vamos a trabajar con la sociedad carioca desarrollada en la llamada Belle Époque brasileña. En primer lugar haremos observaciones acerca de las relaciones sociales, del cotidiano y del trabajo establecidos entre los portugueses, recién llegados de su nación, y los brasileños. Enseguida, en la segunda parte del texto, vamos a tratar de las relaciones familiares de los grupos populares dentro del mismo recorte.

**PALABRAS CLAVE**: Historia de Brasil; Primera República; Inmigración; Organización familiar.